

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Desempenho: No exercício, a DTVM apresentou um lucro de R\$ 88.273 mil, correspondente a R\$ 1.765,46 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 84.399 mil. Em 31 de dezembro de 2015, o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 6.415,96 com aumento de 37.96% em relação ao exercício anterior. São Paulo, 17 de março de 2016

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

Table with columns: Ativo, Circulante, Disponibilidades (Nota 4), Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5), Outros créditos (Nota 6), Outros valores e bens, Realizável a longo prazo, Outros créditos (Nota 6), Permanente, Investimentos, Imobilizado de uso, Total do ativo, Passivo, Circulante, Outras obrigações (Notas 6, 7 e 8), Exigível a longo prazo, Outras obrigações (Notas 6 e 8), Patrimônio líquido (Nota 10), Total do passivo e patrimônio líquido.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

Table with columns: Reservas de capital, Reservas de lucros, Subvenção para investimento, Capital social, Outras reservas, Lucros acumulados, Total. Rows for 2013, 2014, 2015, 2015, 2015.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with columns: Segundo semestre, Exercícios findos em 31 de dezembro. Rows: Receitas de intermediação financeira, Resultado bruto de intermediação financeira, Outras receitas (despesas) operacionais, Resultado operacional, Resultado antes da tributação sobre o lucro, Imposto de renda e contribuição social (Nota 9), Lucro líquido do semestre/exercício, Lucro líquido por ação no final do semestre/exercício - R\$.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Table with columns: Segundo semestre, Exercícios findos em 31 de dezembro. Rows: Atividades operacionais, Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais, Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento, Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa.

(2014 - R\$ 21.584) (Nota 8 (b)). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicáveis, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". "Outras obrigações - diversas" referem-se, principalmente, à provisão para despesas com pessoal no valor de R\$ 2.426 (2014 - R\$ 2.833) e despesas administrativas no valor de R\$ 1.613 (2014 - R\$ 1.548). 7. Negociação e intermediação de valores: "Negociação e intermediação de valores" referem-se, no passivo, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 526.653 (2014 - R\$ 822.890), em decorrência do serviço de custódia prestado por esta entidade. 8. Passivos contingentes e obrigações legais: A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda e (iii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras. As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

Table with columns: Depósitos judiciais, Provisões. Rows: Fiscais e previdenciárias, Total.

Table with columns: Fiscais e previdenciárias, Obrigações legais, Total. Rows: Saldo inicial, Despesas financeiras - juros, Constituições, Baixas/Reversões, Antecipações - Anistia, Saldo final.

(c) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais: Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/2013, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/2009, a Distribuidora revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 40% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado correspondia a R\$ 48.365, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS Lei nº 9.718/98 (alargamento da base), PIS Emendas Constitucionais e Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora" ou "Instituição") é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Distribuidora foram aprovadas pela Administração em 17 de março de 2016. 2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. 3. Principais práticas contábeis: (a) Apuração do resultado: É apurado pelo regime de competência. (b) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. (c) Permanente: Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplem a vida útil econômica dos bens, 10%. (d) Passivos circulante e exigível a longo prazo: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. (e) Passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Não há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. (f) Imposto de renda e contribuição social: A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015, conforme nova redação do artigo 3º da Lei nº 7.689/88, estabelecida pela Lei nº 13.169/2015. A alíquota de CSLL será de 20% até 31 de dezembro de 2018, e de 15% a partir de 01 de janeiro de 2019. O ativo e o passivo fiscal diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, foram aplicadas as alíquotas esperadas de realização sobre os ajustes temporários para obtenção do saldo de crédito tributário e passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL. (g) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados no fluxo de caixa, incluem, quando aplicável, dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. (h) Unidade de ações restritas: Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Distribuidora registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC 10 - Pagamento baseado em ações, aprovado pelo BACEN. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse Passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre grant e vesting, assim se valor do vesting for menor que o valor do grant no repagamento à matriz, haverá aumento da reserva de capital da Instituição. 4. Caixa e equivalente de caixa: Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 189 (2014 - R\$ 336). 5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se às aplicações com empresas do grupo no valor de R\$ 893.273 (2014 - R\$ 1.091.914) com vencimento em janeiro de 2016 (2014 - janeiro de 2015). 6. Outros créditos e outras obrigações: "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 24.894 (2014 - R\$ 24.803) (Nota 8(a)) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 2.613 (2014 - R\$ 3.351) (Nota 9). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias", refere-se, principalmente a provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 51.186 (2014 - R\$ 41.602) e provisões para obrigações legais relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 21.237

...continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CSLL Isonomia. No mês de julho de 2014, em razão da publicação da Lei nº 12.973, que reabriu o Programa de Anistia específico para PIS e COFINS devido por instituições financeiras, previsto no artigo 39 da Lei nº 12.685, a instituição revisou seus processos de PIS e COFINS e incluiu os casos remanescentes de PIS e COFINS 9.718 (alargamento da base) no referido Programa de Anistia, tendo quitado tais débitos na modalidade de pagamento à vista. No mês de outubro de 2014, por decisão da Instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia estabelecida pela Lei nº 11.941 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes. No momento, aguarda-se que as Autoridades Fiscais confirmem os pagamentos efetuados, bem como efetuem as correspondentes baixas dos débitos.

**9. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário:** A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2015	2014
Contingências fiscais .....	759	1.404
Provisão de honorários advocatícios .....	661	607
Provisão para participações nos lucros .....	507	503
Unidades de Ações Restritas – RSU (Nota 3 (i)) .....	294	387
Outras .....	392	450
<b>Total de créditos tributários - ativo .....</b>	<b>2.613</b>	<b>3.351</b>

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 382 (2014 – R\$ 871), tendo sido realizado R\$ 1.120 (2014 – R\$ 5.182) sobre diferenças temporárias. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 2.613 é estimada em 29% ao ano no 1º ano, 6% no 2º ano, 4% nos 3º, 4º e 5º anos, 7% nos 6º e 7º anos, 12% nos 8º e 9º anos e 15% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 1.322 (2014 – R\$ 1.844). A Distribuidora tem reconhecido créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2015	2014
Resultado antes do IR e CSLL .....	150.929	140.995
Encargo total do IR e CSLL às alíquotas vigentes .....	(67.918)	(56.398)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis .....	(41)	(22)
Efeito CSLL 5% .....	5.314	-
Outros .....	(11)	(176)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos .....	5.262	(198)
<b>Total da Despesa de IR e CSLL no exercício .....</b>	<b>(62.656)</b>	<b>(56.596)</b>

**10. Patrimônio líquido:** O capital social é representado por 50.000 ações ordinárias sem valor nominal. O estatuto assegura um dividendo mínimo anual de 3% do capital realizado ou de 6,25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, dos dois o que resultar em menor montante, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 30.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de Lucros - Estatutária no valor de R\$ 30.000, sem a emissão de novas ações. Este aumento foi aprovado pelo BACEN em 16 de setembro de

2014. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 60.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de Lucros - Estatutária no valor de R\$ 60.000, sem a emissão de novas ações. Este aumento foi aprovado pelo BACEN em 25 de junho de 2015. A Reserva de Lucros - Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de Lucros - Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Os acionistas optaram pelo não recebimento de dividendos sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme deliberado em Reunião da Diretoria realizada em 22 de dezembro de 2015.

**11. Benefícios: (a) Fundo de Pensão:** A Instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Distribuidora contribuiu com R\$ 305 (2014 – R\$ 343) para o Fundo. **(b) Unidades de ações restritas:** Os funcionários elegíveis da Distribuidora participam do programa global de remuneração de longo prazo, através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o *vesting period* de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o plano de benefícios em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque – NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	2015	2014
	Quantidade de ações	Valor em dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2015 .....	2.619	122
Ações outorgadas durante o exercício ( <i>granted</i> ) .....	703	39
Ações entregues no exercício ( <i>vested</i> ) .....	(1.994)	(88)
Ações em circulação em 31/12/2015 .....	1.328	73

	2015	2014
	Quantidade de ações	Valor em dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2014 .....	3.777	154
Ações outorgadas durante o exercício ( <i>granted</i> ) .....	1.134	66
Ações entregues no exercício ( <i>vested</i> ) .....	(2.292)	(98)
Ações em circulação em 31/12/2014 .....	2.619	122

O montante que transitou no patrimônio líquido no exercício em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos foi de R\$ 342 (2014 – R\$ 560 (Nota 3 (h))). O valor da obrigação de repagamento registrada no passivo em 31 de dezembro de 2015, incluindo encargos sociais, é de R\$ 702 (2014 – R\$ 922). Em virtude desse programa a despesa registrada no exercício é de R\$ 511 (2014 – R\$ 701), incluindo os encargos sociais. **12. Transações com partes relacionadas**

**(Grupo J.P. Morgan):** As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. J.P. Morgan S.A. DTVM é uma empresa controlada pelo Banco J.P. Morgan S.A. As demais entidades são empresas coligadas ou controladoras do Grupo.

	2015		2014	
	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)
<b>Disponibilidades .....</b>	<b>189</b>	<b>-</b>	<b>336</b>	<b>-</b>
Banco J.P. Morgan S.A. ....	189	-	336	-
<b>Aplicações interfinanceiras .....</b>	<b>893.273</b>	<b>136.562</b>	<b>1.091.914</b>	<b>134.483</b>
Banco J.P. Morgan S.A. ....	893.273	136.562	1.091.914	134.483
<b>Negociação e intermediação de valores .....</b>	<b>(526.653)</b>	<b>-</b>	<b>(822.890)</b>	<b>-</b>
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch .....	(526.653)	-	(822.890)	-
<b>Despesas de pessoal .....</b>	<b>(497)</b>	<b>(379)</b>	<b>(276)</b>	<b>(199)</b>
JPMorgan Chase & CO. ....	(497)	(379)	(276)	(199)
<b>Rendas de prestação de serviços .....</b>	<b>3.256</b>	<b>36.774</b>	<b>2.902</b>	<b>35.903</b>
JP Morgan Overseas CAP CORP. ....	67	579	36	34
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch .....	3.189	36.195	2.866	35.869

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco. **13. Outras informações: (a)** "Receitas de prestação de serviços" referem-se a receitas de serviço de custódia e representação no valor de R\$ 36.774 (2014 – R\$ 35.903). **(b)** "Despesas administrativas" referem-se, principalmente, a despesas de serviços técnicos especializados no valor de R\$ 1.499 (2014 – R\$ 1.518), despesas de serviços do sistema financeiro no valor de R\$ 2.144 (2014 – R\$ 3.561), despesas de aluguéis no valor de R\$ 1.239 (2014 – R\$ 2.641), despesas com viagens no valor de R\$ 130 (2014 – R\$ 78), despesas de processamento de dados no valor de R\$ 15 (2014 – R\$ 498) e despesas de manutenção e conservação no valor de R\$ 207 (2014 – R\$ 1.363). **(c)** "Outras receitas operacionais" referem-se, principalmente, à atualização monetária sobre "Outros créditos - diversos" no valor de R\$ 1.888 (2014 – R\$ 3.133), reembolso de despesas no valor de R\$ 870 (2014 – R\$ 0) e Reversão de Provisões Operacionais R\$ 1.094 (2014 – R\$ 3.291). **(d)** "Outras despesas operacionais" referem-se, principalmente, à atualização monetária sobre "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" no valor de R\$ 1.482 (2014 – R\$ 4.099). **(e)** Em 31 de dezembro de 2015 os ativos em custódia totalizavam R\$ 184.383.294 (2014 – R\$ 152.326.828). **(f)** Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Distribuidora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

#### A Diretoria

Lucila Litwin - CRC 1SP228413/O-3

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

#### J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários


Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar

uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a

razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 21 de março de 2016.

 **PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

**Edison Arisa Pereira**  
Contador CRC 1SP127241/O-0